

serviço cívico. Nós não tínhamos quadros suficientemente preparados e em número suficiente para levar à prática eficazmente o serviço cívico. Não chegavam os meios em pessoal e material que a estrutura militar podia disponibilizar.

E quanto aos professores civis, não obstante tantas e tantas boas vontades, no seu seio também penetrava a luta de interesses contraditórios, a luta política, o que também criava grandes obstáculos à implantação e à eficácia de uma actividade, um serviço que aparecia como inteiramente novo na nossa sociedade. Todas estas circunstâncias contribuíram para a decisão do Conselho da Revolução.

Não obstante as poucas resoluções sobre Educação, o Conselho da Revolução teve sempre uma grande atenção à situação das escolas e do ensino. Aliás, houve transformações muito interessantes, nesse tempo, em matéria de Educação: os novos conteúdos dos programas, a introdução às questões políticas, novas perspectivas consideravelmente progressistas no ensino da história de Portugal, a admissão de rapazes e raparigas na mesma escola, as tentativas de introdução da educação sexual, os novos modos de gerir as escolas, democraticamente, o desenvolvimento do desporto com os escassos meios de que dispúnhamos, a introdução de uma formação básica escolar comum, para todos os alunos, sem distinção, logo a partir dos bancos da escola, sem classes sociais diferentes, ricos e pobres, etc., etc.

António Teodoro: Essas questões chegavam até si, que estava no vértice da decisão? Os Ministros colocavam-lhe esses problemas da Educação?

Vasco Gonçalves: Sim, por exemplo, como deveriam ser constituídos os Conselhos de Gestão. Houve largas discussões sobre esse problema.

António Teodoro: Essa questão chegou ao Conselho de Ministros e à decisão do Primeiro Ministro?

Vasco Gonçalves: Sim, foi decidido pelo Conselho de Ministros.

ENG.^a MARIA DE LOURDES PINTASILGO*



Nasceu em Abrantes, em 1930. Formou-se em Engenharia Química-Industrial no Instituto Superior Técnico, em 1953. Foi Presidente da Juventude Universitária Católica entre 1952 e 1956 e do Movimento Internacional dos Estudantes Católicos, Pax Romana, entre 1956 e 1958. Membro-fundadora do Movimento Internacional Católico Graal. Foi Procuradora à Câmara Corporativa, entre 1969 e 1974, e Presidente da Comissão Interministerial sobre a política social relativa à Mulher, entre 1970 e 1974. Depois do 25 de Abril, foi Secretária de Estado dos Assuntos Sociais no I Governo Provisório e Ministra dos Assuntos Sociais nos II e III Governos Provisórios. Embaixadora de Portugal junto da UNESCO, entre 1976 e 1979, e membro do Conselho Executivo da UNESCO, entre 1976 e 1980. Primeiro Ministro do V Governo Constitucional (1979) e candidata à Presidência da República, em 1986. Deputada ao Parlamento Europeu, entre 1987 e 1989. Presidente do Grupo de Trabalho sobre a Mudança Estrutural e o Emprego das Mulheres, criado no seio da OCDE (1990-1991). Presidente do Comité des Sages que preparou o relatório sobre as implicações no plano social da União Económica e Monetária (1995-1996). Membro do Clube de Roma, desde 1983, do World Policy Institute, desde 1982, do Synergos Institute, desde 1988, e do Institute for Democratic Electoral Assistance, desde 1997. Membro do Conselho de InterAcção de ex-Chefes de Estado e de Governo (desde 1983), membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (desde 1991), Presidente da Comissão Independente sobre a População e a Qualidade de Vida (desde 1992) e membro do Instituto Mundial de Investigação sobre o Desenvolvimento Económico da Universidade das Nações Unidas, exercendo a presidência deste Instituto no triénio 1993-1996. Autora de diversas publicações sobre o papel da Igreja na sociedade, a ascensão das mulheres na vida pública e política, bem como sobre os problemas do desenvolvimento humano.

* Entrevista realizada em sua casa, em Lisboa, a 24 de Fevereiro de 1997.

António Teodoro: Se me permite, começava por lhe colocar a seguinte questão, relacionada com o seu percurso de vida, um percurso muito pouco habitual nas mulheres da sua geração. Primeiro, porque se formou em Engenharia. Depois, porque se dedicou às questões do desenvolvimento, não numa perspectiva do desenvolvimento económico e industrial, para que a sua formação, em princípio, apontaria, mas numa perspectiva do desenvolvimento social e humano. Permita-me então a curiosidade: a que é que se deve esta sua dupla opção?

Lourdes Pintasilgo: A minha opção pela Engenharia foi, no seu ponto de partida, uma opção social. Já o disse em várias entrevistas e repito-o a si: essa minha opção foi muito influenciada por dois factos franceses.

Um, foi a existência de uma filósofa chamada Simone Weil. Essa mulher, judaica, tinha feito a agregação em Filosofia, mas decidiu ir trabalhar como operária na indústria metalúrgica, e escrevera um livro famoso, *La condition ouvrière*. Essa capacidade de pôr um esforço intelectual numa experiência do trabalho industrial, que nessa altura (estamos nos anos 40, não se esqueça) nos aparecia como uma grande violência – recorde-me dos filmes do Chaplin dessa época, que tornam muito claro o que era a alienação provocada pelo trabalho industrial, com a corrida à produtividade através de métodos cada vez mais mais violentos –, levou-me, muito cedo, a pensar que o meu caminho devia ir por aí, para ajudar a melhorar essa situação. Não me via, de modo nenhum, como operária, pois sabia que não era capaz, que não tinha resistência. Talvez o próprio facto de Simone Weil ter morrido tuberculosa, em 1942, me tenha também influenciado na época. Sentia que era de uma dureza tal, que não seria capaz de aguentar.

Outro facto que me influenciou profundissimamente, e que vai na mesma linha, foi a existência, nessa mesma década, por iniciativa do Cardeal de Paris, dos padres operários em França, que decidiam continuar a ser padres, mas iam viver uma vida de operários. Enfim, a mesma opção: uma vem de uma coerência intelectual face ao conhecimento da condição operária, outra vem de uma responsabilidade religiosa perante o povo. Houve um grande debate, o Vaticano não esteve de acordo, mas houve testemunhos de padres operários que me influenciaram profundamente.

Venho, posso dizer, de uma cultura, ou melhor, de uma subcultura que era muito forte em Portugal no regime do Estado Novo, que era uma certa subcultura católica. Na subcultura católica, pode-se dizer, havia uma *protecção*. A Concordata dava-nos liberdades, aos católicos enquanto católicos, que os outros cidadãos não tinham, nomeadamente a liberdade de associação, a liberdade de expressão, que tinham lugar no quadro de organizações católicas. Essas organizações tinham quase sempre, tinham sempre (com excepção do movimento que depois eu e a Teresa Santa Clara criámos, que se chama *Graal*, que era um movimento de mulheres) um representante oficial da hierarquia católica, isto é um Padre, um assistente eclesiástico.

Estive na Acção Católica dos estudantes e dos estudantes universitários e aí fui contemporânea de uma plêiade de gente notável – o José Pinto Correia, o João Salgueiro, o Magalhães Mota, o Adérito Sedas Nunes. Trabalhávamos juntos, quase diariamente. Fui, sucessivamente, com o Adérito [Sedas Nunes], o Pinto Correia e o [João] Salgueiro, Presidente da Juventude Universitária Católica: ele dos rapazes, eu das raparigas. Começámos a constituir dentro dessa subcultura – aliás, o João Salgueiro tem sobre isto um trabalho muito interessante –, grupos de uma consciência crítica face ao que se passava à nossa volta, apesar de estarmos na Igreja Católica, que era considerada como sendo complacente para com as forças dominantes.

Posso dizer que os nossos encontros, sobretudo os encontros anuais das estudantes universitárias, eram muito interessantes. Tínhamos como assistente um padre jesuíta, excepcionalmente inteligente e visceralmente anticomunista, mas que aumentou em muitas de nós a consciência social. Havia ao mesmo tempo os nossos encontros de Verão, que decorriam durante uma semana inteira, onde fazíamos uma análise da sociedade portuguesa, vista através da nossa perspectiva de estudantes universitárias. Isto criou uma atitude em muitos de nós a desejar uma intervenção junto do povo. Alguns criaram a Pragma, iniciativa a que não estive ligada. É que já nessa altura estava muito envolvida em actividades internacionais, pois, entretanto, como a Acção Católica Universitária fazia parte de uma organização internacional, o Movimento Internacional de Estudantes Católicos, eu fui eleita para o Comité Director, primeiro, depois fui Vice-Presidente, e, mais tarde, Presidente. Fui projectada, desde muito cedo, para a vida internacional e a algumas coisas nacionais não pude dar a atenção que mereciam.

Estes dois factos – a história da tal Simone Weil e o exemplo dos padres operários – levaram-me a pôr esta questão: “Por que não estudar Engenharia?”. Devo dizer-lhe que há aqui um outro elemento menos nobre, ou talvez não, que era o curso de engenharia aparecer como um obstáculo quase intransponível para mulheres... Estava ainda no princípio do liceu, e já me preocupava esta interrogação: seriam as mulheres inferiores aos homens? Será que as mulheres também são capazes de realizar na sociedade as mesmas tarefas que os homens? Este factor contou. Mas à medida que me fui aproximando da entrada para a universidade, ainda hesitei em fazer nas férias as duas cadeiras que me dariam acesso a outro curso; a alternativa era Filosofia, uma opção completamente distinta. Hesitei muito, de tal modo que só me inscrevi no [Instituto Superior] Técnico no último dia da matrícula! Lembro-me como se fosse hoje.

O curso depois mudou completamente, mas na época era vivido como numa estrutura fabril, industrial, chamemo-lhe assim. Por exemplo, contrariamente às outras universidades, tínhamos faltas. Era, portanto, um curso onde contava não só o trabalho realizado e a competência, mas também a presença, o que nos obrigava a um esforço constante. Tínhamos uma semana de 48

horas de trabalho, ou seja, de 8 horas por dia. Isto foi a ideia do fundador, o Dr. Bensaúde, que quis que o [Instituto Superior] Técnico fosse uma espécie de antecâmara do que devia ser a vida industrial. Além disso, o curso tinha, a partir do 4º ano (nessa altura tinha 6 anos), um estágio durante o Verão. As férias eram muito grandes naquela altura, eram enormes, e permitia-nos dois meses de estágio durante o Verão, em empresas. O meu primeiro estágio foi, assim, logo no duro: na Companhia União Fabril, que era um paradigma da vida industrial, que me serviu para ver se realmente aguentava aquele ritmo ou não, se estava certa no caminho escolhido. E achei que estava.

Quando acabei o curso, comecei por trabalhar, durante um ano, na incipiente Comissão de Energia Nuclear. Tinha sido convidada por um professor de Química Analítica, o Professor Herculano de Carvalho, para trabalhar na Comissão de Energia Nuclear. Tinha umas quantas pessoas, não tinha muita gente, mas tinha gente boa. Como nós não tínhamos qualquer experiência, envolvia algum trabalho feito fora do país. Acontece que a certa altura foi-me proposto ir fazer o doutoramento a Upsala, na Suécia. Pensei: "Fazer o doutoramento em Upsala, uma cidade com seis meses de noite!" Achei (um pouco tolamente!) que não dava!

Bom, este é um pormenor, um alibi para uma decisão que era mais profunda – nesse tempo, através do contacto internacional e da responsabilidade que ainda tinha no Movimento Internacional dos Estudantes Católicos, organizámos um grande encontro em Viena sobre a legitimidade ética de trabalhos em sectores, que embora sendo sectores científicos, se distinguiam a fins militares. Eram muitos os jovens que em vários países estavam empenhados nas possibilidades da energia nuclear.

Entretanto, estava-se a preparar, nas Nações Unidas, a Conferência que teve lugar em 1955, sobre a utilização da energia nuclear para fins pacíficos, em que a grande maioria dos documentos vinham da União Soviética, que defendia intensamente a energia nuclear com fins pacíficos. Dos Estados Unidos vinha a ideia de que as colheitas podiam ser duplicadas por três, ou por quatro em cada ano, que o tratamento de várias doenças podia ser feita através do nuclear. Tudo isto centrado na ideia da utilização pacífica da energia nuclear, dado o terror mundial provocado por Nagasaki e Hiroshima. Andava entusiasmadíssima a ler o que ia aparecendo sobre este assunto, sobretudo proveniente das Nações Unidas. No meio deste processo, surgem as notícias da crescente produção de material militar nuclear, tanto nos Estados Unidos como na União Soviética, visto que a União Soviética se tinha sentido em atraso relativamente aos Estados Unidos. Estava convencida – e ainda estou, é uma convicção duradoura – que, quando as pessoas dizem que o conhecimento que se possui do nuclear é apenas para fins pacíficos, eu digo, simplesmente, que não há distinção entre o conhecimento para fins pacíficos ou para fins militares. O mesmo conhecimento serve para os fins militares. Nessa altura, senti isso, vagamente, pois não tinha ainda experiência de vida. Mas senti isso.

Foi então que um outro professor meu, de Tecnologia Química, Luís Almeida Alves – um homem notabilíssimo, que nunca foi compreendido (é que o trabalho dos engenheiros, na sua especificidade, é sempre um trabalho de equipa, que se dilui na empresa, onde o indivíduo raramente pode emergir na sua singularidade) – propôs-me ir trabalhar para a CUF. Na energia nuclear sentia que estava num laboratório, que não tinha nada que ver com a minha preocupação social. Podia ter tirado Farmácia, ou Química, ou outra coisa qualquer, e não Engenharia. Mantinha no meu espírito a ideia de que o que eu queria realmente era um trabalho fabril, de contacto com esse outro mundo. Fui convidada, mas a minha entrada para a CUF teve muitas peripécias, porque na direcção havia quem achasse que uma mulher não podia lá entrar, não devia ir trabalhar para aquele imenso conjunto de fábricas. Finalmente entrei.

E aí pesou, quase de igual maneira, por um lado, o desafio de uma mulher num mundo de homens – fui a primeira mulher a entrar nesse mundo, embora depois houvesse outras – e, ao mesmo tempo, o desafio de entrar nesse mundo social. Nas fábricas do Barreiro, havia vários milhares de operários, numa área enormíssima. Às oito menos cinco tocava a sereia, tínhamos que entrar, isto é, os operários tinham que entrar, mas eu fazia questão de entrar também à mesma hora; às oito tocava de novo a sereia e fechavam-se as portas. Portanto, entre as oito menos cinco e as oito, era como se fosse uma abertura de *currais* – desculpe dizer assim desta maneira. Era uma coisa tremenda, a gente sentia que as pessoas entravam para uma prisão, para qualquer coisa que era violenta.

Regularmente, cruzava-me com o grupo da GNR a cavalo, que andava à volta da fábrica. Isto era qualquer coisa que me incomodava. "Porquê, se nós vamos trabalhar, se estes homens vão todos trabalhar!" Era uma empresa típica do princípio da industrialização, muito bem pensada, muito interessante. Devo dizer-lhe que devo muito àquela gente, pois aprendi muito com eles, uma certa ideia até de colaboração. Depois, comecei a ver o que era realmente a vida dos operários. Embora a minha vida fosse mais fácil, era uma vida com riscos enormes.

Lembro-me do medo, medo horroroso: havia montes de superfosfato que estava a ser fabricado, que caía e ficava em cone. Para se ir dum lado da fábrica ao outro, para o gabinete do engenheiro-chefe desse sector de produção, ia-se por uma ponte de madeira que tinha apenas um estrado e uma corda como corrimão; o resto era vazio, sem sequer uma protecção vertical. Sabíamos que, se alguém caísse ali dentro, se afogava, não havendo qualquer possibilidade de sair dali. O medo que se sentia! Eu fiz aquele percurso várias vezes para ir falar com esse meu colega, para discutir coisas de trabalho. Isto é um pequeno exemplo, mas posso dar-lhe um outro exemplo.

Naquela altura, o ácido sulfúrico ainda era muito importante, pelo que existiam vários fornos para queimar as pirites, donde se obtinha o ácido



sulfúrico. Era uma temperatura horrível, uma situação horrorosa: aqueles homens aos quarenta e poucos anos já estavam inutilizados, pareciam velhos. Claro, como era a primeira rapariga a andar por ali, havia sempre operários que diziam brincadeiras, resultado até da sua própria falta de cultura, na medida em que muitos não tinham qualquer escolaridade. Vinham, em geral, do Alentejo e eram aceites na fábrica.

Ao mesmo tempo havia uma possibilidade muito grande de contacto com eles. Comecei por realizar algumas actividades, com alguns colegas meus, que os levaram a ficar muito sensibilizados. Como sabe, a CUF tinha um hospital, uma colónia [de férias], uma escola. Era um conceito de empresa muito interessante, que só muito mais tarde percebi bem. O quadro político em que nós estávamos funcionava como uma estrutura, que foi semelhante à que também aguentou na União Soviética as empresas públicas. A empresa assumia todos os aspectos da vida dos operários. Hoje, a natalidade na Rússia desceu 50%, porque as mulheres naquele tempo tinham junto à fábrica a creche onde deixavam os filhos, depois os filhos andavam na escola, que também estava ligada à fábrica, e depois nas férias, era a fábrica que propiciava a colónia – hoje, as mulheres operárias russas com filhos pequenos não têm qualquer apoio. No fundo, havia uma ideia boa nesta forma da empresa: ser um todo integrado e solidário. Mas, evidentemente excluía totalmente uma qualquer ideia de oposição de classes. Na subcultura católica, na minha geração, muitos de nós tivemos também o interesse de ler e conhecer os fundamentos do marxismo.

Nessa empresa podia-se fazer algum trabalho social, como expressão de uma opção pelos mais desfavorecidos. Por exemplo, em cada ano eram admitidas umas boas dezenas de aprendizes, uns setenta ou oitenta. Faziam-se uma espécie de cursos (hoje chamar-se-ia *formação*), onde se discutiam as normas de trabalho e outras informações úteis à integração no trabalho, complementares ao que os esses jovens aprendiam na escola. Era um trabalho engraçado! No Verão organizávamos as férias de maneira a que um de nós estivesse presente para orientar essa formação. Mas isso para mim ainda não era tudo, não me satisfazia.

A certa altura, pouco depois de eu ter entrado na empresa, há aumento de salários: 15% para toda a gente. Nesse tempo em que, de facto, ganhávamos muito bem, 15% para um engenheiro era muito. Mas 15% para um operário já não era. Eu digo isto ao meu director, que me respondeu perguntando-me por que não ia dizer isso ao *patrão*. Fui, para espanto meu, e disse ao Administrador Jorge de Mello que renunciava ao meu aumento de salário. Disse-lhe ainda que devia haver um aumento justamente no sentido inverso, de modo a diminuir essa diferença enorme de salários. Não disse nada de novo, nem consegui nenhuma grande transformação, não consegui nada. Simplesmente, esse homem, por duas vezes, me informou, como que brincando, que ia tomar uma medida social sobre aumento de salários, e me perguntou o que eu achava, se estava bem assim...

Isto também não me satisfazia, porque sentia que nem havia uma adesão à valorização humana dos operários, nem uma luta consistente por uma redistribuição do rendimento. Nessa altura houve uma produtividade tremenda, lucros brutais. E interroguei-o sobre o destino do dinheiro. É nessa altura que ele me refere a imposição de não fazer disparar a inflação, porque o poder político o mantinha dentro de determinadas fronteiras. Verdade ou ilusão? Penso que era verdade! Jorge de Mello deve ter olhado para mim como um dinossauro, ou um extraterrestre.

De qualquer modo, essa experiência foi muito rica, embora extremamente dura. A responsabilidade era enorme, a carga de trabalho era muito grande, com pouquíssimo tempo livre...

António Teodoro: Vivia no Barreiro?

Lourdes Pintasilgo: Sim, vivia no Barreiro porque era obrigatório que todos os engenheiros vivessem no Barreiro. Havia um bairro operário, onde eu vivi. A poluição, que ainda não era um problema social, era tremenda: veja o que era pendurar a roupa fora de casa e a roupa ficar negra. Não podia ter vasos de flores, porque, cá fora, morria tudo. Uma poluição espantosa.

Nós éramos obrigados a viver lá. Eu tive imensa sorte, porque as casas eram moradias muito simpáticas para os engenheiros casados com família. Os engenheiros solteiros, que eram muitos, viviam numa espécie de hotel, que era da empresa também. Quando eu cheguei, o problema era: "Onde é que se põe esta senhora? Não se vai pôr esta senhora no meio de uma quantidade enorme de rapazes!". E deram-me, o que para mim foi uma coisa espantosa, a chamada casa de operários. Portanto, eu vivi numa casinha que não só era igual, como vivia ao lado dos operários. Isso deu-me uma alegria muito grande, pois, para além da convivência na fábrica, permitia-me uma compreensão do que era a vida deles no quotidiano após o trabalho, que decorria muito no pátio, tanto mais que esse fenómeno da televisão ainda não existia.

Por essa altura, em 1957, sou convidada a presidir ao primeiro seminário de estudantes católicos das universidades ao sul do Sahara, que se realiza no Gana. Eram universidades em que ainda só uma, a do Uganda, é que já tinha tido licenciados. As outras ainda estavam a preparar a primeira vaga de licenciados. Passei um mês lá. O Gana foi o primeiro país a adquirir a independência. N'krumah, que era uma personalidade espantosa e encantadora, veio inaugurar o nosso Seminário. Eu vim dessa experiência profundamente marcada pela justiça da independência do Continente Africano, portanto pela inevitabilidade de Moçambique e Angola se virem a tornar nações independentes.

Quando cheguei, fui chamada ao Cardeal Patriarca e ao Professor Marcelo Caetano, porque tinha vindo nos jornais que eu tinha dito que o Gana era um exemplo para todos os países africanos. Nas colónias portuguesas não havia indício de coisa nenhuma. Em 1961, rebenta o que aqui se chamava o *terrorismo*, rebenta realmente a guerra em Angola. Senti então



que tinha que entrar num trabalho distinto, questão que discuti igualmente com o meu grupo de mulheres católicas do Graal. Sentia e tenho como objectivo uma intervenção nos problemas de ponta, quando se pode, nos problemas onde se sente que a mulher pode dar algum contributo. A certa altura senti que podia trabalhar mais claramente em pequenos projectos, pequenas iniciativas, alternativas que pudessem criar uma outra consciência no país.

Nos anos 60, Paulo Freire esteve na Europa. As minhas amigas de outros países trabalhavam com ele, em diferentes formas de conscientização. Senti então que era necessário fazer um trabalho claramente social. Como havia outras pessoas da minha geração, todas na mesma perspectiva desta subcultura católica, começámos a formar pequenas equipas. Umás em Coimbra e outras em Portalegre, aí directamente com a população do distrito, da população mais desfavorecida, onde começámos a desenvolver trabalho no campo da alfabetização, do movimento comunitário, tudo aquilo que naquele época eram realmente os elementos para o desenvolvimento. Eu tinha vivido o desenvolvimento pela via da industrialização e vi que esse desenvolvimento estava incompleto e que martirizava os homens – o seu preço social era inimportável.

Devo dizer que, na CUF, uma das coisas que mais me influenciou, embora trabalhasse com os homens no sector da indústria química, foi o conhecer o que era o sector têxtil, onde, praticamente, só trabalhavam mulheres. Eram cerca de 3 mil, num conjunto de 12 mil operários que, na época, trabalhavam na CUF. Fui várias vezes a esse sector têxtil: as condições de trabalho eram indescritíveis, o ruído dos teares era uma coisa absolutamente impossível. As operárias, quando saíam, falavam tão alto, tão alto, na rua, que, mesmo para quem soubesse o inferno de que regressavam, era uma realidade impressionante! A médica da empresa tentou saber como era a situação relativamente à vida daquelas mulheres, quantos filhos tinham. Segundo o testemunho das próprias mulheres, uma mulher de trinta anos, em média, tinha feito cinco abortos. Havia mulheres de trinta anos que tinham uma cara como se tivessem cinquenta. Isso acentuou muito o ligar o meu interesse pelos operários a essas outras que ainda estavam piores, as mulheres.

Fui fazendo este trajecto, entrei muito em experiências piloto e em muito trabalho voluntário. Foi, quando, em 1969, fui convidada para ser procuradora à Câmara Corporativa.

António Teodoro: Foi a convite do Professor Marcelo Caetano? A que se deveu esse convite? Do seu passado na JUC, de um conhecimento pessoal?

Lourdes Pintasilgo: Na minha vida há coisas que são tão acidentais, tão do acaso, que, ao recordá-las, acho-as interessantes, curiosas. Nós tínhamos no [Instituto Superior] Técnico, nos dois últimos anos, Economia Política, que era dada pelo Professor Daniel Barbosa, ex-Ministro da Economia. Em outros anos, eram Professores de Direito que davam esta cadeira aos alunos do Técnico.

António Teodoro: E eram esses professores que vinham ao Técnico, ou eram os estudantes que iam a Direito?

Lourdes Pintasilgo: Não, eles vinham ao Técnico. O Professor Daniel Barbosa, não sei bem porquê, achava que eu andava muito bem em Economia Política. Eu pensava que não gostava de política mas interessava-me aquilo que ele dizia. Acontece que um dia Daniel Barbosa convida-me para ir jantar em casa dele porque estaria lá uma visita que gostava de me conhecer.

Era o Marcelo Caetano que conversou uma hora comigo. Todos os que foram seus alunos dizem que ele era um professor que se interessava muito pelos jovens, por aquilo que os jovens pensavam. E ele diz-me que achava que nos meus artigos eu mostrava que via as coisas de maneira crítica! E, por isso, gostava de saber o que é que eu considerava que estava mal na sociedade portuguesa. Respondi-lhe que havia a pobreza, a falta de trabalho, sei lá! Na altura, como muitos estudantes do Técnico trabalhava na Curreleira, onde as condições de vida eram terríveis, e disse-lhe que esse trabalho era uma tentativa de fazer qualquer coisa.

Em 1956, dá-se a invasão da Hungria. Eu, que estava no Movimento Internacional dos Estudantes Católicos, recebo um telegrama do Secretariado com o pedido para cada um de nós organizar uma manifestação de estudantes no seu país. Era, nessa altura, Presidente da RIA o Carlos Portas. Falo com ele e decidimos que eu falaria com Marcelo Caetano, que então era Ministro da Presidência. Disse-lhe que o Movimento Internacional dos Estudantes Católicos queria realizar em todos os países uma manifestação local. Insisti na necessidade de participarem as associações de estudantes que o desejassem. Respondeu-me que isso não podia ser porque a lei não o permitia. E eu garanti-lhe que não aconteceria nada, que desfilaríamos em silêncio; haveria algumas palavras, mas não haveria distúrbios. Marcelo responde: "Dê-me então 24 horas". No dia seguinte, chama-me e diz-me: "Se acontecer alguma coisa a responsabilidade é unicamente sua!". Respondi-lhe que a partir dali ele devia falar com os estudantes, pois eles é que iam organizar a manifestação e falar em público. Acontece que foi uma manifestação muito bonita, do Rossio até S. Bento. Os comerciantes fecharam as lojas, não houve distúrbio algum. Marcello lembrava-se bem deste facto quando escreveu nas suas memórias a sua desilusão perante uma jovem de 26 anos que fez aquilo e que, anos mais tarde, pôde "estar sentada num Conselho de Ministros ao lado do chefe dos comunistas"!

Entretanto, há mais alguns episódios. Mas o que foi mais significativo foi o que aconteceu em 1969, na véspera da apresentação das listas para a Assembleia Nacional. Vinha de França, onde estivera umas semanas em trabalho internacional do Graal, e dizem-me, assim que chego, que Melo e Castro queria falar comigo. Sabendo o papel chave de Melo e Castro na União Nacional, receei o que veio a acontecer: o convite para integrar as listas de deputados à Assembleia Nacional. Disse-lhe que não podia aceitar um cargo

que era incompatível com as minhas convicções. Venho para casa e, meia hora depois, tenho um telefonema de Marcelo Caetano para ir a casa dele. Fui e disse-lhe que havia duas coisas em que eu não estava de acordo com a sua política. Primeiro, a sua insistência na guerra colonial e na continuidade da política africana, quando ele próprio, no memorando de 1962 para Salazar, dissera que a solução era uma união federativa entre vários Estados. Essa solução eu ainda aceitava. Agora a solução de guerra, não. A lealdade para com o meu país passava pela lealdade para com a humanidade. A segunda razão era uma discordância também de fundo: toda a minha experiência de vida tinha-me revelado a imensa injustiça em que vivia o povo português, a desfazagem enorme de salários, a forma como viviam os que trabalham na escala mais baixa da sociedade. Marcelo Caetano diz-me então que percebia que não quisesse ficar na Assembleia, mas queria saber se podia contar consigo para “qualquer coisa”. Respondi-lhe que se fosse uma coisa que eu fosse capaz de fazer é em que eu não traísse nenhuma das ideias que referia, então a minha resposta era positiva. Ele convidou-me umas semanas mais tarde para procuradora à Câmara Corporativa, a que ainda pertencia quando se deu o 25 de Abril.

Como vê comecei pelo social, fui depois para o industrial, com uma ligação ao social, e do social vou para o político. O social é que é a linha mestra, e a reflexão sobre os novos caminhos da ciência e da tecnologia a lógica continuidade do industrial. Aí tem uma história de vida... numa das suas possíveis interpretações, claro!

António Teodoro: Dos anos que foi procuradora à Câmara Cooperativa, lembra-se de algum debate em particular?

Lourdes Pintasilgo: Lembro-me do debate a propósito da lei que apresentava o Plano de Fomento. Aí fiz uma enorme declaração de voto, onde dizia *não* ao modelo de sociedade de consumo da Europa. Esta minha opinião não era isolada, correspondia a uma posição da subcultura católica, em particular dos movimentos católicos em que eu trabalhava, de estudantes, de mulheres. Estávamos muito empenhados na procura de cenários alternativos. Fizemos muitos. Parte do pensamento católico naquela época, aqui como no mundo inteiro, era muito estimulado por essa procura. Lembro-me, aquando da reforma do Veiga Simão, que utilizámos um trabalho, *Portugal 85*, onde construímos quatro cenários possíveis: o *status quo*, um capitalismo mais alinhado com os Estados Unidos, um socialismo de manual e um socialismo ideal, que ainda não existia. Esse socialismo ideal era a tal terceira via, que muita, muita gente, pensava que podia existir.

Na Câmara Corporativa dessa época participei, com declaração de voto, na lei de imprensa. Participei em várias leis de preparação do orçamento. Participei na preparação da lei sobre a liberdade religiosa e numa questão, que hoje acho muito interessante, a revisão constitucional, que na altura se estava a fazer. Havia uma proposta de lei e projectos de lei. Os projectos de lei apresentados pelos deputados (sobretudo os da chamada *ala liberal*) foram rejeitados.

Aqui tenho que fazer um parêntese para dizer que, até praticamente se constituir o PPD, eu, o Magalhães Mota, o Pinto Balsemão, o Sá Carneiro, reuníamos-nos para ver o que era possível fazer. Reuníamos com uma tranquilidade deliciosa. O ponto de partida era o *Expresso*, porque o *Expresso* era um local *normal*, mas depois seguíamos para a casa não sei de quem, e daí para casa de um terceiro. Era como fazer uma clandestinidade a brincar. Mas, justamente, separei-me deles, da ala liberal, pela minha convicção de que o problema se resolveria não pela simples declaração de um regime em que os direitos civis e políticos fossem reconhecidos, mas pelo furar do abcesso que era a guerra colonial. Estou a usar esta expressão porque era a que usava na altura. Estava convencida que no dia em que disséssemos não à guerra colonial rebentava tudo o mais.

Nessa época, ainda antes do 25 de Abril, (e porque o seu interesse, António Teodoro, é a educação), eu tinha muito a noção de que a educação dos adultos era um ponto chave numa sociedade como a nossa. Por aquilo que tinha vivido na fábrica e por aquilo que tinha feito em termos sociais, achava que isso era um ponto chave. Porque, entre 1962 e o 25 de Abril, eu e o meu grupo internacional de mulheres, com o apoio de muita gente, que depois veio a estar, uns nos grupos de esquerda, outros nos grupos de direita, como por exemplo o Barbosa de Melo, trabalhámos muito nesse campo. Mobilizávamos grupos de estudantes, tanto durante o Verão como, por exemplo em Coimbra, mesmo durante o tempo de aulas. Tentámos em Lisboa, mas os bairros de lata eram muito associiais e, portanto, era muito flutuante a participação; fizemo-lo durante cinco anos mas com muito menos resultados. Em cidades de província, como Coimbra ou Portalegre, isso foi muito mais fácil. Éramos uns dez ou doze na equipa técnica e os estudantes que trabalhavam directamente com os grupos iam para as aldeias e constituíam grupos de intervenção. Faziam-se coisas lindas. Temos fotografias de jovens com grupos de pessoas mais velhas a escreverem em cima das pipas de vinho postas a direito, porque não havia mais nada onde escrever. Foram feitas coisas realmente espectaculares nesse tempo. E parte do grupo que fez a crise de 1969, e que não conhecíamos, rapazes e raparigas, andou nisto. Eram uns 100, em todo o distrito de Coimbra.

Um dia em que estávamos na avaliação, um deles diz: “Há uma grande insatisfação!”. Porque umas das palavras que a gente tinha era ...

António Teodoro: ... utilizando o método de Paulo Freire?

Lourdes Pintasilgo: Sim, completamente. Tinha havido primeiro um levantamento linguístico feito pelo [Lindley] Cintra, que, com um grupo, o fez no Alentejo, em Portalegre – onde tivemos um programa muito bom, em que participou também o [José] Mattoso, que nessa altura era frade – e na zona de Coimbra. Sabíamos as palavras com que tínhamos que trabalhar. Mas uma palavra, que não era indispensável do ponto de vista linguístico, mas era necessária do ponto de vista da conscientização, era a palavra *guerra*. Como





sabíamos que estávamos sob os olhos da Pide, os nossos relatórios tinham: *povo*, e em quatro linhas vinha o que as pessoas disseram sobre povo. Mas, depois chegava-se à palavra *governo* e vinha "o grupo não forneceu elementos"; *guerra*, "o grupo não forneceu elementos". Portanto, tinha que se ter um certo cuidado. Isso foi um tempo absolutamente fascinante.

Essa experiência tornou-me mais do que convicta que a educação dos adultos, num país que nessa altura ainda estava, praticamente, com 30% de taxa de analfabetismo, era uma prioridade. Portugal só podia sair da situação em que estava se fosse feito um esforço muito grande no campo da educação. E é com esta convicção que chego ao 25 de Abril, para encontrar o quê? Mas quer fazer alguma outra pergunta?

António Teodoro: Não, agora não!

Lourdes Pintasilgo: Estou-lhe a dizer isto para perceber um pouco o que podem parecer reviravoltas minhas. Não são reviravoltas! A minha vida é um ziguezague em termos de ocupação, mas é uma linha direita em termos das convicções, que têm sido permanentes.

Chegamos então ao 25 de Abril e encontro como Ministro da Educação o Professor [Vitorino] Magalhães Godinho. Quando entrei para o Governo, não tinha ideia nenhuma do que era na prática uma revolução! Quero dizer-lhe que, nos trabalhos que fazíamos na tal subcultura católica, um era o de estudar a revolução. Eu própria, uma vez, num boletim do Graal, chamado *Igreja em Diálogo*, que circulava e nunca foi apreendido, escrevi que a revolução tem de ser "global, urgente e radical". Portanto, achava que o momento de revolução, era o momento de introduzir coisas novas.

Os Ministros da Educação com quem estive no Governo vinham eivados da mentalidade quantitativa quanto à melhoria do sistema – "é preciso fazer isto, é preciso mais aquilo..." E isto a tal ponto que no chamado Programa Melo Antunes, quando chegámos à educação foi um grande problema. Os responsáveis pela elaboração do Programa constituíam um grupo muito pequeno. Era o Vítor Alves, o Melo Antunes, o Rui Vilar, o [Vitor] Constâncio, o Silva Lopes e eu. Fomos nós que fizemos esse programa, pedindo aos Ministros que não tinham ali representação, como foi o caso da Educação, que nos dessem um documento. Tivemos muitos poucos dias para trabalhar o Programa e o Melo Antunes queria que fosse eu a apresentar e a defender a política de educação. Eu disse-lhe que não podia defender esta mera listagem! Só dando uma grande volta à perspectiva que nos fora apresentada.

António Teodoro: A pobreza do documento resultava de quê? De uma ausência de estratégia, digamos assim, ou de estarem completamente submergidos pela explosão que se tinha verificado nas escolas? Havia uma incompreensão sobre o que tinha sido aquele destapar da tampa?

Lourdes Pintasilgo: Sem dúvida! O Professor Magalhães Godinho aproveitou elegantemente a deixa do Spínola, na sessão que tivemos com ele no dia 27 [de Setembro de 1974], na véspera da demissão deste de Presidente

da República. Spínola chamara-nos a Belém, para uma reunião do Conselho de Ministros, que ele presidiu, e fez-nos durante uma hora um discurso a dizer que nós estávamos "nas mãos do comunismo", que era um governo "completamente comunista" e não sabíamos isto e aquilo. O Magalhães Godinho ouviu aquilo tudo e, inesperadamente, é o primeiro a falar e diz que, se é essa a opinião do Senhor Presidente da República, se demite. A seguir fala o Ministro dos Equipamentos Sociais, que era coronel, e diz que pelas mesmas razões, também se demitia. Falei em terceiro lugar para dizer que se não tivesse tido na família militares – o meu avô e os meus tios eram militares –, também ficava muito aflita, se calhar também me demitia. Mas pedi a Spínola que desse um pouco de desconto às interpretações que lhe chegavam. Este episódio já foi referido há bastantes anos no *Diário de Notícias*, pelo [Álvaro] Cunhal, contrapondo ao livro do Sanches Osório, que apresentava outra versão. Enfim, foi um episódio curioso mas que exprimia o que há pouco chamou *destapar da tampa*.

A orientação que se foi seguindo na Educação, incluindo com o [Mário Sottomayor] Cardia, com quem discuti imenso isto, quando já era Embaixadora na UNESCO e ele Ministro da Educação, não aproveitava o momento de transformação revolucionária. A UNESCO mandou logo a Portugal uma missão...

António Teodoro: Sabe quem pediu essa missão, que, aliás, elaborou um relatório, mais tarde traduzido para português e publicado por iniciativa do Dr. Rui Grácio? O relatório é uma espécie de exame à política educativa portuguesa, tal como a OCDE o veio a fazer, nos anos oitenta.

Lourdes Pintasilgo: É um relatório interessantíssimo, feito pelo [Ettore] Gelpi. Acho que esse pedido foi decidido em Conselho de Ministros e pedido por ele. Estávamos eufóricos com a reentrada na UNESCO. Vieram a Portugal quando eu já não estava no Governo.

António Teodoro: A missão da UNESCO produz o relatório em 1975, no período que antecede o chamado Verão quente. Mas o pedido deve ter sido feito muito tempo antes, porque as organizações internacionais têm aquele seu tempo característico de reagir às situações!

Lourdes Pintasilgo: Exacto, exacto! Mas eles estavam todos interessados, eles queriam todos vir a Portugal, ver como é que era.

António Teodoro: Calculo que o pedido deva ter sido feito aí entre Outubro e Dezembro de 1974.

Lourdes Pintasilgo: Eu acho que a decisão foi tomada em Conselho de Ministros. Quando eu chego à UNESCO, evidentemente, peço uma sessão de trabalho com todos os representantes dos vários domínios que tinham estado aqui em missão, presidido pelo [Ettore] Gelpi. E vemos, ponto por ponto, aquilo que eles tinham observado, o que consideravam mais importante. Venho a Lisboa para falar com o [Mário S.] Cardia, e este diz-me que realmente tínhamos que começar pelos jardins de infância porque já estávamos numa época calma, já não havia revoluções, e por isso devíamos apostar na edu-

cação básica e no pré-escolar. Mas, para mim, num momento revolucionário, com muita gente válida, ainda com uma esperança de vida muito grande, evidentemente que a educação de adultos tinha uma prioridade óbvia. E havia métodos e sistemas para dar suporte a essa prioridade, como eu tinha experimentado durante 6 anos, onde vi gente em cinco semanas aprender a ler e a escrever. De facto sabia que era possível fazer isso. Sabe tão bem como eu, que todo o método Paulo Freire foi depois aproveitado politicamente e isso tornou as coisas bastante difíceis.

A questão da tensão nas universidades foi mal compreendida. Acho que não se compreendeu o seu significado. Aí, devo dizer, que defendi todos os grupúsculos, dizendo que, para um governo que era todo ele de esquerda, visto que toda a gente defendia o socialismo (não era?), era preciso qualquer coisa que fosse crítico no seu próprio seio, ainda mais à esquerda. E defendi esses grupos, porque o General Vasco Gonçalves queria pura e simplesmente considerá-los ilegais. Por meu lado, eu achava, que era importante que existissem e que fossem dizendo e exprimindo aquilo que pensavam. Hoje ainda estou convencida que, com todos os exageros que isso teve, contribuiu para uma formação de gente muito nova, que têm hoje quarenta anos e deram a volta toda (e até estão do outro lado da barricada!!).

Houve esse aspecto e houve, entretanto, a grande explosão de participação na vida universitária e na entrada para a universidade. O Professor Magalhães Godinho dizia que não havia possibilidade de ter estas pessoas todas na universidade, etc. E quando o serviço cívico [estudantil] e posto como uma possibilidade, para alguns apenas para fazer esperar ou reorientar as pessoas para outras coisas, defendi essa iniciativa a cem por cento, como defenderia ainda hoje, mesmo nesta situação, pensando num país como a Suécia onde a idade média dos estudantes na universidade é de 27-28 anos, justamente porque passam vários anos em outras actividades. Depois, houve os problemas que sabemos com o serviço cívico, mas eu penso que foi um momento perdido. Os partidos na sua quase generalidade não compreenderam exactamente o alcance da medida. Depois, tinham filhos e, no meio de um Conselho de Ministros, diziam: "Mas o meu filho, ou a minha filha, então agora não pode entrar, fica à porta?". E não percebiam que esse serviço cívico era um possibilidade de contacto com a vida, que, até na perspectiva daqueles que achavam que se estavam em excessos revolucionários, permitia um amadurecimento no concreto, justamente ajudando a ver como é que a realidade era. Nessa altura o serviço cívico foi por diante, e depois acabou por terminar no 12º ano, no *numerus clausus* e nessa proliferação das chamadas universidades privadas.

António Teodoro: Permite-me ainda uma questão relativamente a esse período em que foi Ministra nos II e III Governos Provisórios. No núcleo central que trabalhou na preparação do chamado Programa Melo Antunes, como é que a educação surgia? Não me estou a referir propriamente à listagem que há

pouco referiu, mas antes às discussões que naturalmente esse núcleo central teve. Já referiu que entendia que uma das prioridades era a educação de adultos. Havia algum outro aspecto que pense ser de salientar?

Lourdes Pintasilgo: Acho que tenho de dizer que, enquanto grupo, a educação era uma área *soft*. Não representava um aspecto muito importante do projecto. Estava-se de tal maneira centrado, por um lado, na subsistência do país, nas reservas de ouro, etc., e, por outro lado, no problema «nacionalizações ou não nacionalizações», que questões como a educação não foram, mesmo nesse núcleo, tratados com a profundidade que a meu ver mereciam. Trabalhou-se muito pouco tempo, mas considero que foi um tema que foi desvalorizado. Não se tinha também ainda muito bem a noção, melhor, não se tinha de modo algum a noção, embora nessa altura já era mais comum na literatura europeia, que, por exemplo, a universidade era uma preparação do espírito e que o trabalho que se lhe seguia não era necessariamente o resultado linear de uma preparação especializada. Não havia uma noção muito forte da importância da educação. Na equipa, o Melo Antunes, eu própria, o Constâncio, tínhamos a noção da importância da educação; mas nós estávamos ali para fazer uma síntese e não havia nada na tal listagem que nos apresentasse o esboço de uma ideia integradora! No Conselho de Ministros, o horizonte era fruto do quotidiano: o problema era conter as *massas*, impedir a continuação das lutas na Faculdade de Direito. Era mais isso do que outra coisa.

António Teodoro: Mudando de assunto. Foi para a UNESCO em 1976?

Lourdes Pintasilgo: Exacto.

António Teodoro: Tem alguma interpretação para o facto de a partir dessa data as relações de Portugal com a UNESCO, nomeadamente no campo educativo, terem de alguma forma esfriado, tendo outras instituições intergovernamentais, como o Banco Mundial, ocupado o lugar privilegiado de estrutura de consultoria.

Lourdes Pintasilgo: Tenho. Em primeiro lugar, pelo facto de o [Mário S.] Cardia estar a desenvolver o seu programa, que começava no jardim de infância, e que não apanhava o que tinha de essencial o chamado relatório Gelpi. Não tinha esse fogo do momento, era uma rotina como outra qualquer, era o *mais* em relação àquilo que já havia, pois já havia jardins de infância e, portanto, o objectivo era melhorar o que já existia.

Um segundo ponto, foi o facto do GEP, o Gabinete de Estudos e Planeamento, não ter dado o seu contributo, não se ter comprometido politicamente, como era natural, sabendo-se o trabalho que os seus elementos vinham a desenvolver há vários anos e sabendo as cabeças que lá estavam dentro. Houve aí um bloqueamento: via-se a oportunidade para uma grande mudança, mas receava-se tudo o que pudesse vir com alguma coloração revolucionária. Em gente tão competente, o medo do que de inesperado traz a revolução foi afinal uma paralisia.

Em terceiro lugar também, para lhe dizer com toda a franqueza, por uma razão estúpida, muito estúpida. O Mário Soares tinha uma noção, como tem de todas as coisas, extremamente informal. Falo com ele e digo-lhe que havia várias coisas que ele tinha de decidir, entre as quais a da educação, mas também o problema dos árabes (do qual eu tinha uma posição muito clara, face à posição do Governo que era menos clara). Falei com ele, várias vezes, em longas conversas e ele propôs depois num Conselho de Ministros que a embaixadora na UNESCO participasse numa reunião do Conselho, para dizer os problemas que se passavam, que diziam respeito a vários Ministérios. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, de quem a embaixadora hierarquicamente dependia, recusou.

Devo louvar essa iniciativa do Mário Soares, que a deve ter feito espontaneamente: "Alguém vem cá dizer o que a UNESCO pensa". De qualquer modo, nunca seria meu propósito ir ao Conselho de Ministros *explicar* aos Ministros o que quer que fosse, mas apenas dar conta dos problemas.

Essa recusa do Ministro dos Negócios Estrangeiros, parecendo um episódio anódino, foi uma coisa importante, porque impediu que outras pessoas que estavam no Conselho pudessem perceber que uma organização que, apesar de tudo, tinha uma experiência muito grande, tinha tido um trabalho sério. Gelpi não era um revolucionário: era um homem que tinha uma grande simpatia pelo processo que estava a decorrer em Portugal. Era natural que as pessoas depois tivessem tido outra noção. Esse foi um incidente mínimo, ridículo, mas que fez com que o trabalho realizado pela UNESCO em este aqui a mínima repercussão. Tanto assim que, nos frequentes contactos com [Ramalho] Eanes, tinha-o posto ao corrente do estado das coisas e, o que ele achava importante, julgo que o apresentava ao Primeiro-Ministro. Mas duvido que a matéria dos *dossiers* fosse um elemento importante dessas sessões de trabalho.

Sem querer especular com histórias, talvez haja uma outra razão para a presença do Banco Mundial nas questões da educação, em substituição da UNESCO. O Banco Mundial, evidentemente, aparecia como um grande salvador, e, simultaneamente, foi a altura em que começou um grande desgaste da figura do Director-Geral da UNESCO, M'Bow, um desgaste no sentido de ele estar ao serviço deste ou daquele, de ele só defender o Sul, ou só os africanos. A oposição dos Estados Unidos da América ao M'Bow foi clara, tendo mesmo abandonado a UNESCO em 1978.

O I Governo Constitucional tomou posse em 1976 e, logo muito no princípio, para aí Outubro ou Novembro de 1976, tive uma conversa com o Mário Soares sobre estas questões. Percebi o interesse que havia no Banco Mundial. Daí em diante, nunca mais demos grande importância nem à Organização Internacional do Trabalho, nem à Organização Mundial da Saúde, nem a outras agências das Nações Unidas. Nas próprias Nações Unidas, conseguimos uma cadeira no Conselho de Segurança, mas de resto damos-lhe uma importância muito relativa.

António Teodoro: Gostava agora de lhe colocar duas questões relativamente ao V Governo Constitucional – uma de âmbito político e outra mais de ordem técnico-funcional. A primeira questão, de âmbito estritamente político, refere-se às razões que presidiram ao convite do Presidente da República de então, General Ramalho Eanes, para formar Governo e que condicionalismos políticos lhe foram colocados, nomeadamente na elaboração do Programa. A segunda questão é de ordem técnico-funcional, como disse. O seu Governo introduziu uma inovação na coordenação das áreas culturais e científicas, criando nomeadamente o cargo de Ministro da Coordenação, atribuído a uma figura ímpar da cultura portuguesa, o Professor Adérito Sedas Nunes. O que é que estava subjacente a esta sua proposta de organização do Governo, e, já agora, o que a moveu nos convites que dirigiu, tanto ao Professor Sedas Nunes, para a referida pasta da Coordenação, como ao Eng.º Veiga da Cunha para a pasta da Educação?

Lourdes Pintasilgo: Primeiro, a partir de 1976, eu mantive com o General Ramalho Eanes uma relação muito constante, uma vez que, a nível do Governo, o interesse pelo que se passava na UNESCO era muito diminuto. Na altura, para que veja o pouco interesse que o Governo tinha nesse campo, eu nem sequer consegui fazer passar um decreto que criava a Comissão Nacional da UNESCO!

Como lhe disse, mantinha com o General Eanes uma relação em que lhe dava muita informação do que se passava no mundo. Até por causa dessa atitude dos Estados Unidos, muitos dos problemas mundiais estavam muito presentes na UNESCO, que era um *forum* de certa maneira prospectivo. Portanto, essa minha atitude obteve uma atitude recíproca do General Eanes, que foi a de me ouvir em certas circunstâncias da vida política portuguesa. Durante esses anos, ele pediu a minha opinião sobre muitas questões. Aqui – imagino eu – constrói-se uma atitude de confiança do General Ramalho Eanes em mim, quer pelo trabalho que eu desenvolvia, quer justamente pela interpretação que eu lhe dava relativamente a um certo número de problemas da cena internacional com repercussão no nosso país. Um deles era precisamente o da hegemonia crescente do Banco Mundial, a que evidentemente não era indiferente a pessoa do McNamara, uma das figuras centrais na política americana. Tive a ocasião de lhe dizer a minha opinião, bem como sobre muitas outras questões internacionais.

Porque é que o General Eanes me convidava, depois de ter convidado o Nobre da Costa e o Mota Pinto? Quando ele convidou o Nobre da Costa, falámos muitas vezes ao telefone, longas horas. Tenho que dizer, com franqueza, que, quando o General Eanes me perguntava a opinião sobre tal e tal assunto, terminava as nossas conversas sistematicamente de um modo politicamente ambíguo. Quando as coisas se complicam, em termos de instabilidade política, ele decide dissolver a Assembleia [da República] e constituir um novo Governo. O convite que me foi dirigido resulta dos factores que acabo de lhe

dizer e da posição muito firme do Conselho da Revolução quanto ao meu nome.

Ao que parece a minha indigitação foi pacífica, mas eu tenho bem consciência de ter sido uma moeda de troca. Fui apresentada pelo General Eanes aos partidos, consultados sobre a minha indigitação, como sendo uma pessoa que lutava pela justiça e que era imparcial, mas em que o meu papel principal era o de preparar as eleições. Isto foi o que me foi depois reportado pelos maiores partidos políticos.

António Teodoro: É relativamente à segunda questão, sobre a estrutura do Governo?

Lourdes Pintasilgo: A estrutura do Governo foi para mim uma ideia muito estimulante, inovadora, pensava eu. Até fiz uma sessão especial, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, para a imprensa, para os meios de comunicação social, com a Maria Elisa [Domingues] a meu lado, explicando por que é que fazia aquelas opções. A minha ideia era ter um *inner cabinet*, como no sistema inglês, ter uma meia dúzia de pessoas que constituíam os pilares do Governo, e que eram os titulares dos Ministérios que são estruturadores do Estado – a Administração Interna, a Justiça, os Negócios Estrangeiros e a Defesa –, estando depois os outros Ministérios divididos em três grandes áreas. Uma área social, onde, além dos Assuntos Sociais, integrei até os Transportes, porque via os transportes, em função das pessoas, não em função de obras públicas, para além do Trabalho e de uma série de outros departamentos. O sector económico, que tinha a Indústria, o Comércio, a Agricultura. E, finalmente, a coordenação cultural, que tinha, e para mim isso foi muito importante, a Educação; hesitei muito se a Comunicação Social devia aí ficar ou não, acabando depois por ficar; e, obviamente a Cultura e a Ciência.

Esta estrutura resultou de uma convicção pessoal e também de tudo o que tinha vivido na UNESCO, onde a ciência é parte da cultura. Isto resultou de uma travessia de muitos anos, em que, sendo engenheira, experimentava bem como as pessoas pensavam. Os que faziam coisas científicas não tinham nada que ver com a ideia de cultura; a cultura estava na literatura, na música, etc., não tendo a noção de uma cultura que integrava os fenómenos científicos e os fenómenos sociais e industriais. Devo dizer que, entre os que vieram depois (e para lhe fazer justiça), o único homem que exigiu esta estrutura foi o Lucas Pires, que foi Ministro da Ciência e da Cultura. Foi o único que percebeu. Mais ninguém falou nisso a seguir.

Eu julgava que estava a implementar um modelo novo para Portugal, que funcionaria melhor. A minha ideia era, em vez do chamado Conselho Económico e Social, que sempre existiu em vários governos, ter justamente os Ministros, que acabavam por ser umas sete ou oito pessoas, capazes de poderem reagir rapidamente aos problemas do país, tendo cada um deles outros Ministros a trabalhar com eles. É uma estrutura que existe na Inglaterra mas também existe em França com os Ministros e os Ministros delegados, só

com a diferença de que estes não estão agrupados. Na altura, houve gente que disse que havia super Ministros, Ministros de 1ª e de 2ª! Não era nada essa a ideia.

Por que é que escolhi o Professor Adérito Sedas Nunes? Porque, tínhamo-nos conhecido muitíssimo bem, tínhamos estado juntos na Câmara Corporativa, tínhamos sido ambos Presidentes do único Congresso sobre a Universidade que teve lugar neste século, em 1953, e aí tínhamos trabalhado durante dois anos muito a sério. Depois, eu tinha seguido com muito interesse e com muita admiração o trabalho que ele fez para pôr de pé uma linha de investigação social que não existia em Portugal. Embora eu reconhecesse a grande timidez que ele tinha para impor os seus pontos de vista, achei que era a pessoa indicada para ser o coordenador, porque vinha, justamente, do domínio científico, embora no campo das ciências humanas, talvez mais aceitável por toda a gente. O Luís Veiga da Cunha não o conhecia directamente – repare que formei o Governo em oito dias, o que foi um verdadeiro recorde –, mas tive dele as melhores informações, enquanto pessoa conhecedora dos problemas da educação e, sobretudo, um grande organizador de estruturas capazes de realizar alguma coisa, isto é, resultantes de uma verdadeira análise operacional. Daquilo que eu sabia do Ministério da Educação, pensava que era preciso alguém que tivesse essa perspectiva, uma perspectiva larga e ao mesmo tempo uma capacidade de organizar intersectorialmente o Ministério. Das pessoas que se consideravam disponíveis e por aquilo que verifiquei, fiz a escolha certa.

António Teodoro: Uma última pergunta. Apesar de ser apresentado como tendo por missão principal a preparação de eleições, o seu Governo tem uma grande produção legislativa, havendo mesmo um significativo número de diplomas publicados na última data possível, o que, aliás, veio a gerar uma enorme polémica com a AD, que tomou a inédita medida de os suspender a todos. No campo da educação existem vários diplomas nessa situação, sendo o Estatuto de Carreira Docente Universitária e as alterações à grelha de vencimentos dos professores dos ensinos básico e secundário, os mais significativos. Houve alguma razão política particular para este facto?

Lourdes Pintasilgo: Há sim! A primeira razão é o facto muito conhecido de que o *Diário da República* publica os diplomas com um atraso enorme. Tivemos a preocupação evidente de deixar as coisas arrumadas. Aqui *arrumadas* significa regulamentar internamente o que ainda não estava regulamentado, deixando as coisas minimamente organizadas, por estarmos muito convencidos – eu tinha dito isso num discurso na Assembleia [da República] – de que acreditávamos na continuidade governativa, isto é, que uma vez estabelecido um certo número de infraestruturas, mesmo uma oposição podia construir o seu projecto com essas infraestruturas. Houve uma primeira dificuldade, que foi o estrangulamento da máquina produtora da publicação deste tipo de legislação.



Mas há uma segunda razão. Em todos os membros do Governo havia a noção de que havia coisas que tínhamos absolutamente que fazer, pois se não o fizéssemos, nem mesmo um Governo socialista o faria. E havia essa noção não porque houvesse no Governo um grande número de socialistas – alguns nem eram nem são socialistas. Mas estávamos todos muito com a ideia de que era indispensável pôr em ordem um certo número de estruturas que, inexplicavelmente, apareciam a espíritos dogmáticos, com eivados de perigosas ideologias. O maior número de diplomas vem do Ministério das Finanças, pois o Sousa Franco quis pôr a casa em ordem. Dei-lhe todo o apoio! Realmente viu-se o que ele fez depois no Tribunal de Contas e o que está a fazer agora como Ministro das Finanças. Vê-se que é uma constante na vida deste homem.

A Educação, a mesma coisa. Por exemplo, o Estatuto da Carreira Docente. Eu até não estava de acordo com alguns dos pontos que estão.

António Teodoro: Refere-se ao Estatuto da Carreira Docente Universitária?

Lourdes Pintasilgo: Sim, da carreira docente universitária. Havia alguns pontos que eu não estava inteiramente de acordo, mas nós não tínhamos mais tempo e tínhamos prometido fazer isso, promessa que, aliás, vinha já do Governo anterior. Portanto, foi mesmo para a frente.

A nossa preocupação dominante, e sei que isso foi terrível, não foi explicitar uma qualquer ideologia, embora eu tivesse muito claramente a noção por onde é que ia, mas foi deixar realmente – eu usei essa expressão várias vezes em entrevistas – *a casa arrumada*, deixar as coisas prontas a serem utilizadas.

É claro que isso mereceu-nos aquilo que sabe: nem no 25 de Abril se fez, do ponto de vista legislativo, o que a AD fez em relação à produção legislativa do V Governo Constitucional. A AD tomou posse no dia 3 [de Janeiro de 1980] e o primeiro despacho de cada ministro, no dia 4, foi o de anular tudo o que tinha sido decidido pelo ministro do V Governo que o precedera. E, na Assembleia da República, foi congelado tudo o que tinha sido aprovado. Houve ali algo de irracional, de facto, da parte da direita. Ainda hoje, muitas vezes, ouço dizer: “Mas por que é que se fez tantas coisas?”. Foi uma questão, por exemplo, que um grande amigo que é Arcebispo me pôs quando nos encontramos depois do V Governo: “Oh! Maria de Lourdes, eu até percebo o seu idealismo, mas sabe uma coisa que toda a gente critica é que tenha feito tanta coisa, que tenha produzido tanto material, tantas ideias e tantas leis; e eu, as leis, tenho tentado lê-las e até concordo com elas”, dizia-me ele, “mas foi muita coisa, porque era só um Governo de transição e as pessoas não percebem”. Respondi-lhe que nós o que queríamos era deixar, tanto quanto possível, algum trabalho, mesmo que não fosse o mais criador, mas que era necessário. Queríamos deixar trabalho feito, trabalho que, de resto nos incumbia, na regulamentação das leis que em Portugal levam anos quando deviam levar apenas seis meses.

DR. FRANCISCO PINTO BALSEMÃO*



Nasceu em Lisboa, a 1 de Setembro de 1937. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa. Advogado e jornalista profissional desde 1963. Secretário da Direcção e depois Administrador do Diário Popular, entre 1963 e 1971. Fundador do semanário Expresso, em 1973, sendo seu Director até 1980. Presidente do Conselho de Administração da SIC, e da Controljornal, empresa proprietária do Expresso, de A Capital, e de diversas outras revistas e jornais especializados. Presidente da Associação da Imprensa não Diária, de 1972 a 1979, membro da comissão que elaborou a Lei da Imprensa em 1975, membro do Conselho de Imprensa, de 1975 a 1978, Presidente do European Institute for the Media, desde 1990, e do European Publishers Council desde Janeiro de 1999. Membro do Board of Patrons da revista European Affairs. Membro do Conselho de Administração da Fundação de Jornalistas na Europa, desde 1986, e seu Vice-Presidente desde 1995. Colaboração com a Comissão Europeia em estudos e relatórios sobre a área da comunicação social. Deputado independente integrando a chamada ala liberal, entre 1969 e 1973. Fundador do PPD/PSD. Presidente do PSD entre 1981 e 1983. Deputado à Assembleia Constituinte em 1975 e seu Vice-Presidente. Deputado à Assembleia da República em 1979, 1980 e 1985. Ministro de Estado Adjunto do Primeiro Ministro no VI Governo Constitucional (1980) e Primeiro Ministro dos VII e VIII Governos Constitucionais (1981-1983). Membro do Conselho de Estado em 1982-1983. Membro do Conselho de Administração do Media Business School e do Conselho Consultivo da Universidade Aberta. Personalidade do ano de 1992, eleita pela Associação de Imprensa Estrangeira em Portugal. Presidente do júri do Prémio Pessoa e membro do Prémio Príncipe de Astúrias de Cooperação Internacional.

* Entrevista realizada nas instalações do semanário *Expresso*, em Lisboa, em 8 de Setembro de 1997.